

**Elizabeth Pissolato  
Marcelo Camurça**

# **ANTROPÓLOGOS E ANTROPOLOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: história institucional e questões em torno da formação acadêmica**

*A Leila Amaral com reconhecimento e amizade*

---

## **RESUMO**

Este texto trata de dois contextos institucionais marcados pela presença da antropologia na UFJF: as Ciências Sociais e a Ciência da Religião. Buscamos situar historicamente a disciplina nestes contextos e abordamos questões referentes à formação com orientação antropológica no nível da graduação e pós-graduação. No âmbito da Ciência da Religião, o artigo discute também o papel da antropologia no interior do debate sobre o objeto de estudo *religião* e a construção de uma abordagem antropológica em negociação com epistemologias diversas no campo da(s) ciência(s) da religião. Na formação em Ciências Sociais, acompanha transformações de longa data na graduação e considera, na história recente, a importância da articulação entre ensino e pesquisa e entre graduação e pós-graduação na formação de antropólogos. O objetivo principal do artigo é um exercício inicial de reflexão sobre os caminhos trilhados por antropólogos e pela antropologia na UFJF, com expectativa de desenvolver futuramente debates em torno da formação de antropólogos e da colaboração da antropologia em outras formações profissionais, considerando potencialidades locais e complexidades atuais no campo de atuação de antropólogos no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antropologia; Ensino e Pesquisa; Ciências Sociais, Ciência da Religião; Universidade Federal de Juiz de Fora.

---

## **ABSTRACT**

This text deals with two institutional contexts marked by the presence of anthropology at UFJF: the Social Sciences and the Science of Religion. We seek situate historically the discipline in these contexts and we approach issues related to training with anthropological orientation at the level of undergraduate and graduate. Within the Science of Religion, the article also discusses the role of anthropology within the debate on the religious object of study and the construction of an anthropological approach in negotiations with various epistemologies in the field of science(s) of religion. In training in Social Sciences it accompanies long-standing changes in undergraduate and considers in recent history, the importance of the relationship between teaching and research among undergraduate and graduate students in the formation of anthropologists. The main objective of the article is an initial exercise of reflection on the paths trodden by anthropologists and anthropology at UFJF, expecting to develop further discussions on the formation of anthropologists and collaboration of the anthropology in other professional qualifications, considering local potential and complexities present in the field of expertise of anthropologists in Brazil.

**KEYWORDS:** Anthropology, Education and Research; Social Sciences, Science of Religion, Federal University of Juiz de Fora.

---

## **INTRODUÇÃO**

O texto que vamos apresentar trata de dois contextos institucionais marcados pela presença da antropologia na Universidade Federal de Juiz de Fora, o da graduação e pós-graduação em Ciências Sociais e o do departamento e pós-graduação em Ciência da Religião.

Por um lado, o artigo traz impressões e problematizações que resultam diretamente de nossa prática como pesquisadores e professores na graduação e pós-graduação destes cursos. Marcelo Camurça é professor desde 1995 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião e na Graduação em Ciência da Religião que teve início na UFJF em

2010. Além disso, colabora com orientações no Bacharelado em Ciências Sociais e é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais desde a sua fundação em 2005. Elizabeth Pissolato participou da graduação em Ciências Sociais como professora substituta no final dos anos 1990 e é professora efetiva da Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais desde 2010.

Por outro lado, o artigo baseia-se em pesquisa bibliográfica, documental e em entrevistas realizadas com professores – alguns deles aposentados – de ambos os departamentos e programas. Foram documentos importantes consultados para o texto os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação e as Plataformas Lattes do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e Plataforma Sucupira da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A pesquisa bibliográfica compreendeu principalmente textos históricos sobre os referidos cursos e departamentos da UFJF e publicações resultantes dos debates promovidos pela Associação Brasileira de Antropologia sobre ensino, profissionalização e responsabilidades sociais dos antropólogos no Brasil.

## 1. DO HUMANISMO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

Pode-se situar o contexto dos primórdios da antropologia em Juiz de Fora no curso de Ciências Sociais criado em 1947 dentro da antiga Faculdade de Filosofia e de Letras (FAFILE) ligada à Igreja Católica. Esta faculdade, posteriormente federalizada, seria incorporada na década de 1960 à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) com o nome de Instituto de Ciências Humanas e de Letras (ICHL).

As Ciências Sociais que se praticava nesta faculdade católica no final da década de 1950, início de 1960 assumia uma feição mais de uma filosofia social de inspiração tomista ministrada por intelectuais autodidatas católicos que fundaram a FAFILE – como Henrique Hargreaves, Aprígio Ribeiro de Oliveira; Mozart Teixeira – influenciados pelas ideias do “humanismo integral” de Jacques Maritain. Uma tentativa de atualização do pensamento católico em tempos de modernidade. Desta forma, o que era ensinado nesta faculdade era uma sociologia anterior a Durkheim, mais generalista, humanista e menos preocupada com um estatuto científico do social. O curso possuía apenas licenciatura que formava professores habilitados para lecionar as disciplinas de Sociologia, OSPB, Moral e Cívica e Matemática nos cursos primário e na Escola Normal.

Quanto ao ensino da Antropologia dentro deste curso, ele acompanhava uma certa visão predominante da disciplina no final do séc.

XIX e início do XX, que correspondia à compreensão que estes intelectuais tomistas – que organizaram o curso no final dos anos 1940 – tinham da disciplina. O que se ministrava era uma Antropologia Física, marcada por concepções do evolucionismo darwinista e pela prática de medições antropométricas (de crânio/ mandíbulas) visando estabelecer tipos raciais. Para tal foi escolhido como docente da disciplina um médico, Juraci Neves. Desta maneira, nos anos 1960 ainda se reiterava um padrão recorrente do início do século XX das investigações antropofísicas dos “tipos raciais brasileiros” (indígenas, negros, sertanejos, imigrantes) realizadas nos centros de pesquisa Museu Nacional e Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, por antropólogos como Roquette Pinto, Álvaro Fróes e Heloísa Alberto Torres e médicos como Waldemar Berardinelli e Isaac Brown (SOUZA e SANTOS, 2012).

Com o processo de criação da UFJF em 1960, seguido da incorporação da FAFILE como Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) e a contratação de um casal de antropólogos, Rosa Duran Stepanenko e Alexis Stepanenko<sup>1</sup>, ela professora no Serviço Social e ele nas Ciências Sociais, começa a transformação no conteúdo da Antropologia ministrada. Acresce-se a isto a contratação em 1965 de Maria Andrea Loyola, ex-aluna do curso de Ciências Sociais do FAFILE/ICH com mestrado em Antropologia pelo Museu Nacional (RJ) concluído em 1969. Com estes docentes são introduzidas mudanças curriculares que incorporam à disciplina conteúdos do evolucionismo cultural e sua crítica científica pelo funcionalismo e estrutural-funcionalismo britânico, colocando a antropologia ministrada no compasso de uma antropologia modernista, mais sintonizada com a época. Vale dizer que a introdução desta visão mais sociológica cria tensão com a orientação mais generalista/“filosófica” imperante até então no curso. Tensão que se agravará numa outra direção com o golpe militar de 1964 e que redundará na cassação dos referidos professores por motivos ideológicos<sup>2</sup>. Na pesquisa de Christiane Jalles de Paula, ambos os docentes foram denunciados em 1967 pelo então catedrático da FAFILE, Henrique Hargreaves em mais de dez pontos, dentre os quais destacamos:

---

<sup>1</sup> “Entre 1959 e 1961 estudou na Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo (USP), transferindo-se em 1962 para a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pela qual diplomou-se dois anos depois (...) Em 1967, quando lecionava na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), engajou-se na campanha de Itamar Franco para prefeito. Eleito, Itamar nomeou-o assessor especial para elaboração de um plano diretor para a cidade” (Cf. site <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/stepanenko-alexis>).

<sup>2</sup> “(...) em 1969, os professores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Maria Andréa Loyola e Alexis Stepanenko, foram vítimas de um inquérito administrativo movido por alguns de seus colegas e pela própria reitoria. Loyola foi processada sob imputações de pregar, entre outros conceitos, o evolucionismo (...). O processo contribuiu para que a professora, então com 29 anos, fosse enquadrada pelo Decreto 477/69, e aposentada compulsoriamente pelo Regime Militar” (CANEVALLI e LOPES, 2015, p. 26).

se os professores denunciados pretendiam substituir o ensino da sociologia baseada 'nos princípios doutrinários da filosofia cristã pelo ensino da 'Antropologia Cultural' (...) se os referidos professores entendem que o Brasil deveria alinhar-se a uma cultura cética, materialista e evolucionista (PAULA, 2015, p. 8-10).

Todavia será com a presença na direção do curso do professor Afonso Ribeiro da Cruz a partir de 1969, com formação em Sociologia em Louvain, (ele padre, depois ex-padre, mas com visão epistemológica distinta dos 'filósofos humanistas' fundadores do curso) que se opera uma reestruturação do conjunto do curso de Ciências Sociais, aproximando-o definitivamente do padrão modernista das Ciências Sociais. Com ele é introduzida uma literatura weberiana no currículo, e a formação do graduado passa a ter o bacharelado como opção (com todo seu corolário: pesquisa, orientação e defesa de monografia).

Os reflexos dessas mudanças mais amplas no que tange à antropologia aparecem na criação de duas disciplinas de antropologia cultural e uma de antropologia brasileira, que, junto com a antropologia física, passam a compor a grade curricular. Para tal foi preciso abrir concurso público para preenchimento docente dessas disciplinas. Foram aprovadas nesses concursos as professoras Neli Nascimento, Shirley Lucindo Torres e Leila Amaral, todas egressas do curso de Ciências Sociais do ICHL e ingressantes como docentes no curso de Ciências Sociais na década de 1970. Por iniciativa delas, passam a figurar nestas novas disciplinas, temáticas caras à antropologia como relações de parentesco, analisadas por autores clássicos como Malinowski e Radcliffe-Brown. É também introduzido como conteúdo nas disciplinas o estruturalismo Levi-Straussiano. Todavia ainda não se conhecia, nem se estudava o interpretativismo de Clifford Geertz e a perspectiva histórico-estrutural de Marshall Shalins.

As novas docentes das disciplinas de antropologia buscaram ampliar contatos para sua formação, inicialmente estabelecendo relações com centros de referência na disciplina e em seguida indo cursar um mestrado. Apesar da proximidade do Rio de Janeiro o contato inicialmente mais desenvolvido foi com São Paulo, na USP junto aos professores Edgar de Assis Carvalho e Maria Isaura Pereira de Queiroz que estiveram em Juiz de Fora em cursos e seminários. A formação destas docentes foi complementada através do vínculo com instituições acadêmicas e de pesquisa como a SPBC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e

o CERU (Centro de Estudos Rurais e Urbanos)<sup>3</sup>, e a participação em eventos e congressos promovidos por essas instituições.

Deste processo algumas vertentes destacam-se nesta antropologia em curso na UFJF: uma Etnologia Indígena que se apresenta nas pesquisas da professora Neli Nascimento entre os Maxacali na região de Almenara próxima a divisa de Minas Gerais e Bahia, para sua dissertação de Mestrado na USP. O interesse desta pesquisadora neste grupo indígena é duplo – acadêmico e missionário – pois ela de confissão batista, atuou no grupo na interface do trabalho antropológico com um serviço militante proposto à época como de “combate ao alcoolismo”, elaborando cartilhas de “educação indígena” na língua nativa. Estimula também o interesse de alunos das Ciências Sociais como bolsistas e estagiários em trabalho de campo na região, assim como organiza regularmente (anualmente) um “Seminário de Cultura Indígena”. Além dela, outra professora do Departamento de História, Sônia Marcato, que vinha de Brasília e depois retornou para lá indo trabalhar na FUNAI, incentivou vários alunos do curso para pesquisas em etnologia, convidando alguns deles para ir trabalhar como estagiários na FUNAI no Distrito Federal.

Outra vertente foi a de uma Antropologia da Religião, desenvolvida de um lado nos contatos de Leila Amaral com docentes paulistas como Cândido Procópio Camargo, Duglas Teixeira Monteiro da USP e Renato Ortiz na UFMG que estiveram presentes em seminários realizados em Juiz de Fora, e de outro, através de seus contatos com o ISER, com pesquisadores antropólogos como: Rubem César Fernandes, Carlos Rodrigues Brandão e Pierre Sanchis – através dos quais, enfim, inicia uma relação das Ciências Sociais de Juiz de Fora com o Rio de Janeiro. Esta perspectiva se desdobra nas temáticas da dissertação de Mestrado de Leila Amaral em “Sociologia da Cultura” na UFMG sob a orientação de Pierre Sanchis em 1988 acerca do “catolicismo popular” no Vale do Jequitinhonha dentro do formato antropológico do trabalho de campo, e de sua tese de doutorado sobre as crenças e práticas “New Age”, orientada por Otávio Velho no Museu Nacional (RJ) em 1998, com etnografia destes grupos no Rio de Janeiro, São Paulo, Pirinópolis (Goiás) e Inglaterra<sup>4</sup>.

E uma terceira vertente se deu com uma Antropologia Urbana, sob a influência dos textos de Roberto da Matta, com quem Leila Amaral seguiu cursos na FGV/RJ, materializada através das monografias de bacharelado orientadas pelas professoras Shirley Torres até sua transferência para outra

---

<sup>3</sup> Centro vinculado a FFLCH da USP, criado em 1972, com a finalidade de produzir pesquisas inter-disciplinares e promover seminários sobre as questões sociais do Brasil contemporâneo (Cf. [www.fflch.usp.br/ceru](http://www.fflch.usp.br/ceru)).

<sup>4</sup> Esta tese foi publicada como livro em 2000 pela Editora Vozes com o título de “Carnaval da Alma – Comunidade, Essência e Sincretismo na Nova Era”. Com este trabalho a autora recebeu em 2001, o prêmio Jabuti de literatura, categoria Religião conferido pela Câmara Brasileira do Livro.

unidade da UFJF e por Leila Amaral logo após seu mestrado na UFMG. Estes trabalhos monográficos desvelam um trabalho de campo na cidade de Juiz de Fora através de etnografias de episódios do seu cotidiano como: “Feira do troca-troca”, “Miss Gay”, “Baile funk”, etc. Também são defendidas monografias em Antropologia da Religião, orientadas por Leila Amaral, como a que versa sobre o *ethos* e o ritual de ordenação do padre, e outras orientadas, depois de sua aposentadoria, pelo antropólogo Marcelo Camurça, após seu ingresso no departamento de Ciência da Religião da UFJF, sobre a atuação de grupos evangélicos nos presídios de Juiz de Fora, sobre os evangélicos e a política e sobre o catolicismo carismático do Padre Marcelo Rossi e de grupos de oração de universitários na UFJF, entre 2000 e 2006.

Convêm registrar também a passagem pelo curso de Ciências Sociais com ingresso por concurso público na década de 1990 dos antropólogos Maria Lúcia Hatanaka e Eduardo Viana Vargas. A primeira vinda da PUC-SP tem como objeto de pesquisa os nisseis e as relações entre a colônia japonesa com o Governo Vargas na época da 2ª Guerra Mundial. Ela, após longo período de afastamento para fins de doutorado requereu sua aposentadoria. O segundo deixa como contribuição a antropologia local uma pesquisa de abrangência (*survey* e qualitativa) sobre usos do corpo; sexualidade, consumo de drogas lícitas e ilícitas e remédios. Esta pesquisa envolveu estudantes e professores, inclusive com parceria com outras áreas de conhecimento, como o Departamento de Farmácia da UFJF. Em meados dos anos 1990, Eduardo Vargas presta concurso para a UFMG e deixa a UFJF.

Em 1998, sob iniciativa de Leila Amaral com a colaboração de professores substitutos naquele período, há uma reformulação das ementas e programas das disciplinas de Antropologia que compunham a formação na Graduação em Ciências Sociais. Além do objetivo de evitar repetições e superposição de conteúdos entre as 06 disciplinas de Antropologia oferecidas regularmente no curso, cobria-se agora o leque de “toda” a teoria antropológica, passando-se pelos fundadores, pelas vertentes norte-americana, britânica, francesa, desde os clássicos até os contemporâneos, além da Antropologia Brasileira.

Após as aposentadorias das professoras Leila Amaral em 2001 e de Maria Lúcia Hatanaka em 2002, a antropologia, que já vinha sofrendo drástica perda com as mudanças na política de distribuição de vagas nas universidades federais ao longo da década de 1990, experimentará um período de crise institucional no Curso de Ciências Sociais da UFJF. Sem nenhum professor efetivo, termina sendo mantida por professores substitutos que tem seu contrato interrompido ao cabo de dois anos, não podendo estes sequer orientar monografias.

## 2. PESQUISA ANTROPOLÓGICA NA FORMAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO: histórico e questões

Paralelo a estes acontecimentos e recorte de tempo, ocorre o episódio da incorporação de antropólogos no Mestrado de Ciência da Religião da UFJF, criado em 1993 e constituído depois como Doutorado em 2000, configurando-se como Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião (PPCIR) na universidade. Este Programa caracterizou-se pelo seu perfil interdisciplinar com foco na temática da religião, reunindo três áreas de concentração, uma de caráter filosófico e fenomenológico, outra na perspectiva de história das religiões comparadas e dos estudos sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, e por fim outra de enfoque sociológico e antropológico, onde foram atuar estes antropólogos.

Por decisão de orientação acadêmica de sua coordenação e corpo docente, após dois anos de curso, implementou-se o desmembramento da antiga disciplina “Ciências Sociais da Religião”, em duas: a “Sociologia da Religião”, ministrada pelo sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira e a “Antropologia da Religião”. Desta forma, abriu-se concurso público para provimento dessa disciplina, ingressando no Programa em 1995, Marcelo Camurça, vindo do Museu Nacional onde defendera no final de 1994 sua tese de doutorado, sob orientação de Otávio Velho.

Como resultante deste ingresso foi elaborado o programa e ementa da nova disciplina, que teve logo de início o desafio de estabelecer os contornos de seus aspectos epistemológicos e temáticos. Desta forma, a “antropologia da religião” figuraria então, como uma “especialidade” (dentre outras, “do gênero, “do parentesco”, “das sociedades indígenas”), aspecto “empírico” de uma vocação “universalista” da disciplina. Pois segundo Mariza Peirano, “a antropologia é universalista por disposição, mas se enriquece, amplia seu repertório e se sofisticada teoricamente quando confrontada com novos universos empíricos” (PEIRANO, 2002, p. 29-30).

Por outro lado, segundo Paula Montero em balanço analítico sobre o ensino e pesquisa da antropologia no Brasil, se apropriando de uma reflexão de Roberto Cardoso de Oliveira, a “antropologia brasileira se caracteriza, desde seus primórdios, por definir-se em função de seus objetos” estabelecendo-se uma “preponderância do objeto real sobre objetos teoricamente construídos” (MONTERO, 2004, p. 121). Talvez, por isso, no caso brasileiro, o objeto da religião tenha ganhado (junto com outros domínios empíricos) efetivamente um lugar na antropologia enquanto uma “especialidade” nas classificações dos grupos e linhas de pesquisa, vinculados a associações científicas e organismos de fomento, assim como tenha passado a figurar enquanto disciplina em prestigiosos cursos de pós-graduação. Neste levantamento e classificação elaborados

por Paula Montero, nas linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação e nos Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório do CNPQ entre as quinze especialidades codificadas por ela, figura a “Antropologia da Religião” dividida em cinco sub-ítens: “religiões populares”, “simbolismo e ritual”, “religião e saúde”, “religião e mudança” e “religião e identidade” (MONTERO, 2004, p. 140-1).

Apesar da “antropologia da religião” ter logrado obter no campo disciplinar da antropologia brasileira, um reconhecimento formal enquanto “especialização” antropológica; ao esquadrihar a reflexão antropológica sobre o tema substantivo da religião para a elaboração de um programa e ementa da disciplina, chegou-se a constatação de que a forma canônica dispensada pela antropologia a este tema desconhece nele uma realidade própria. Perspectiva esta, talvez devido ao caráter relativista da disciplina, que neste caso desconstrói o objeto religião, enquanto uma essência da transcendência e realidade em si mesma, anterior e exterior à pesquisa. Portanto na elaboração da disciplina “antropologia da religião”, o termo “religião” funcionou menos como uma realidade prévia, sobre a qual a teoria antropológica busca estabelecer um conhecimento e mais como um “campo”, construído artificialmente para abrigar diversos autores e teorias que trataram de sistemas simbólicos, representações míticas e rituais através dos quais a alteridade de práticas e crenças passa a ganhar inteligibilidade.

Além disso, o fato da antropologia no seu nascedouro se debruçar nas sociedades ditas “primitivas”, onde a noção de “religião” não se encontrava destacada da organização social e do sistema simbólico, fez essa antropologia nascente elaborar suas noções de “baloma” (espíritos) ou “mana” não enquanto elementos que se referiram a uma “religião nativa”, mas como representações daquelas sociedades em sua totalidade, ou nos seus aspectos cruciais (MALINOWSKI, 1984; MAUSS, 1974).

Por isso, seguindo este *bias* constitutivo da tradição antropológica, decidiu-se formular o conteúdo da disciplina “antropologia da religião” privilegiando, ao invés da “religião”, o *mito*, o *ritual* e a *magia*, pois estes três, ao lado do parentesco, foram as dimensões sobre as quais o trabalho antropológico se erigiu ao longo de seu desenvolvimento histórico, gerando as “escolas” teóricas do evolucionismo, culturalismo, funcionalismo, estruturalismo e interpretativismo (CAMURÇA, 2008, p. 71-82).

Para formar a equipe de antropólogos que atuará no PPG em Ciência da Religião, ingressa no Programa em 1999, Fátima Regina Gomes Tavares que se doutorara no IFCS/UFRJ em 1998. Em seguida, no ano de 2001, ingressa também no Programa Vitória Peres de Oliveira, que tinha feito seu Mestrado em Antropologia na UNICAMP com Carlos Rodrigues Brandão, mas que terá como atuação principal no PPCIR as áreas de Religiões

Comparadas através de seus estudos sobre Islamismo e da Fenomenologia da Religião, mas sempre em interface com a antropologia. Em 2004 realiza-se outro concurso público quando ingressa no Programa, Francisco Luiz Pereira Neto, proveniente do Doutorado na UFRGS, em 2001.

Pode-se dizer que dentro do Departamento e da Pós-Graduação em Ciência da Religião na UFJF, a antropologia viu-se confrontada com duas grandes linhas de força, com quem possuía afinidades e distanciamentos: o *reducionismo* sociológico e culturalista e a *fenomenologia* da experiência religiosa.

Com relação à primeira linha – o reducionismo – nela se encontra a perspectiva de se atribuir toda a explicação do fenômeno religioso, fora dele, nas dimensões do social, cultural, político, econômico, etc. Como se este fosse apenas um epifenômeno destas esferas, e elas mesmas portadoras da realidade/verdade, sempre encobertas pela pátina do religioso. Uma visão de acordo com a noção durkheimiana da religião como *projeção*, no caso da sociedade.

Clifford Geertz abordou esta questão no seu ensaio "*O beliscão do destino: a religião como experiência, sentido, identidade e poder*" (2001, p. 149-165), em que muitas vezes o enfoque das Ciências Sociais e particularmente de antropologia, busca "em toda parte a explicação dos fenômenos religiosos, exceto nesses próprios fenômenos" (2001, p. 154). Apesar de que, para o autor, "esta postura tem levado a interpretações sugestivas" (2001, p. 154), ele registra o incômodo da não consideração de uma dimensão própria do fenômeno religioso, reduzindo-o a apenas "sintoma", realidade "subjacente" a uma "dinâmica 'real'" (2001, p. 155) ou "máscara (...) encobrimento ideológico de ambições seculares" (2001, p. 159). Resgatando a questão do sentido fornecido por esta experiência religiosa naquele que dela participa, Geertz ressalta a sensação que a religião imprime ao crente, de que "a crença importa tremendamente": "sustenta, cura, redime, salva" (2001, p. 159). E aqueles que experienciam a "religião" não o fazem para "chegar a algum objetivo material pragmático e externo", "eles querem dizer o que estão dizendo" (2001, p. 159).

No que diz respeito à segunda linha – fenomenológica/teológica – a religião possuiria uma *essência* que a faria portadora de uma originalidade irreduzível e que se expressaria na "experiência religiosa", núcleo de onde brotam todas as formas religiosas concretas. Para captar esse nível experiencial, o pesquisador teria que reviver em si mesmo a experiência do crente.

No entanto, para a antropologia, um fenômeno só pode ser apreendido através tanto das *mediações* teórico/metodológicas quanto das *mediações* da realidade (históricas, sociais, culturais, simbólicas). Por outro lado analisar o fenômeno reduzido a dados empíricos é não considerar a dimensão da experiência e do *sentido/significado* que ela produz naqueles

que a ela aderem. Isto faz com que a perspectiva enunciada pela “fenomenologia compreensiva da religião” tenha também afinidades com a abordagem antropológica. Para a antropologia é fundamental compreender as manifestações religiosas “em seus próprios termos”, captando a percepção interna, compreendendo o sentido atribuído às crenças pelos que nela creem. No entanto as conclusões a que chega o antropólogo quanto a essas crenças e práticas religiosas terminam por se distanciar daquelas a que chegam os “nativos”, sob pena do primeiro apenas reiterar a crença e as explicações autorreferentes dos segundos. O antropólogo deve fazer “interpretações de interpretações”, partindo sempre das interpretações nativas e de uma compreensão profunda do seu universo, mas conectando-as com preocupações do conhecimento acadêmico mais universal.

Portanto a “antropologia da religião” desenvolvida dentro do campo acadêmico da Ciência da Religião na UFJF buscou uma articulação entre o plano da causalidade sociológica, o que para Geertz, se expressa nas noções de “identidade” e do “poder”, e o plano da fenomenologia, o que para Geertz, se configura nas noções de “experiência” e de “sentido”, onde nenhuma ganha preeminência em relação à outra. Ao contrário, “estão inextricavelmente emaranhados, implicam-se mutuamente” (2001, p. 164). Para Geertz, “existem tantas variedades de ‘experiência religiosa’” (2001, p. 164) quantas possibilidades de *mediação* entre a produção de significados simbólicos da ordem da “experiência” com modos culturais diferentes e realidades sociais diferentes onde se constroem essas experiências.

Por fim, podemos dizer que a contribuição da antropologia dentro desta área acadêmica dos estudos de religião foi a produção de conhecimento sobre a realidade religiosa através do método etnográfico, do trabalho de campo e da observação participante, com todos os seus desdobramentos de questões. Talvez entre os enfoques relevantes que tenham sido fomentados pela perspectiva antropológica na formação destes pós-graduados, possamos registrar: a relativização e o estranhamento diante do naturalizado/sacralizado de uma religião, o respeito a toda alteridade religiosa; o reconhecimento da diversidade e do pluralismo religioso, uma atenção para as mediações entre os planos de produção de sentido da experiência religiosa e os contextos sociais, culturais, históricos onde esta experiência foi gestada.

No interregno de 2006 a 2009 houve uma desarticulação na equipe de professores antropólogos do PPG, por falecimento e transferências para outras instituições de ensino federal, e hoje resta apenas no Departamento e Programa, o antropólogo Marcelo Camurça que iniciou nos anos 1995 a implantação dos estudos em antropologia da religião na área.

Os novos concursos para o Departamento de Ciência da Religião têm obedecido a uma lógica de desconsideração para com os campos

disciplinares epistemológicos das humanidades (filosofia, sociologia, psicologia ou antropologia) voltados para o fenômeno religioso, em prol de uma especialização de conhecimento dirigida para os temas e tradições religiosas, onde o profissional possui uma formação interdisciplinar e mesmo em “ciências da religião”.

Mesmo assim, a antropologia continua a inspirar enquanto método e forma de conhecimento voltada para o estudo das religiões, as pesquisas e estudos neste espaço. Por exemplo, dois jovens doutores, docentes no PPG, continuam a eleger a antropologia como disciplina de interlocução constante. Um deles, Emerson Silveira, com graduação em Ciências Sociais, teve sua pós-graduação em Ciência da Religião realizada dentro do PPCIR sob a orientação do antropólogo que permaneceu no Programa, dentro do enfoque antropológico. Em sua produção acadêmica reivindica-se antropólogo e seus textos expressam uma preocupação com a construção do conhecimento através da etnografia, na interface entre pesquisadores e “nativos” interlocutores, dentro de “tênuos limites entre aproximação e estranhamento, entre subjetividade e intersubjetividade, entre as crenças dos outros e seus limites de verdade” quando “os pesquisados de hoje, vêm cada vez mais conhecendo a língua de seus observadores” (SILVEIRA e ROSAS, 2013, p. 918–919).

Outra, Elisa Rodrigues, alia seu doutorado em hermenêutica em textos sagrados e bíblicos com seu outro doutorado em Ciências Sociais com ênfase em antropologia, realizado na Unicamp, sobre igrejas neo-pentecostais, articulando ambos à perspectiva interpretativa dos textos assim como da realidade social enquanto um texto, na perspectiva de Geertz.

### **3. ENSINO COM PESQUISA NA FORMAÇÃO EM ANTHROPOLOGIA: o contexto das Ciências Sociais**

O Curso de Graduação em Ciências Sociais da UFJF, como vimos na primeira parte deste artigo, teve início em 1947, e passaria por diversas mudanças até a década de 1990, adequando-se ao modelo geral das graduações em Ciências Sociais no Brasil, modelo este marcado pela participação igualitária das áreas de Ciência Política, Antropologia e Sociologia. A mesma organização em tripé se fez presente na proposta de Pós-Graduação que veio a ser aprovada em 2004, com a implantação do mestrado em Ciências Sociais no ano de 2005.

O mestrado, e, em seguida o doutorado, iniciado em 2009, criaram espaço para um desenvolvimento bastante significativo da pesquisa antropológica na instituição, em articulação direta com a graduação.

Os anos de 1990 e início dos anos 2000 foram importantes principalmente para a construção de um projeto de pós-graduação e a conclusão do doutoramento por parte de vários docentes do Departamento de Ciências Sociais. O ingresso de novos docentes em meados da década de 2000 e uma articulação mais próxima com instituições de ensino e pesquisa no país foram fundamentais ao desenvolvimento da pesquisa e ensino de antropologia em nossa universidade.

Após a drástica diminuição de docentes de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais comentada anteriormente, uma recuperação gradativa do quadro efetivo de antropólogos inicia-se com concursos realizados em 2004 e 2005, nos quais foram contratados respectivamente os professores Octavio Bonet e João Dal Poz. Octavio Bonet, doutor pelo Museu Nacional/UFRJ, teve uma contribuição importante, com sua experiência em antropologia da saúde e da doença e o enfoque de temas como o saber médico, o corpo e as emoções, desenvolvendo projetos de pesquisa em contextos de saúde na cidade e arredores com a participação de um número significativo de discentes graduandos e pós-graduandos. Realizou diversas pesquisas e publicações sobre saúde e percursos terapêuticos com Fátima Tavares, professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião (ver parte 2 supra). João Dal Poz, com doutorado pela Unicamp, trazia uma longa experiência de pesquisa junto a diferentes povos indígenas no Brasil, reunindo trabalhos acadêmicos – no campo do parentesco, ritual, economia e outros – e de especialista em perícias judiciais. Podemos dizer que reinaugurou, sob novas bases, a pesquisa em Etnologia Indígena na UFJF, num primeiro momento envolvendo principalmente graduandos e organizando um banco de dados para a pesquisa junto a povos indígenas em Minas Gerais. Ainda em 2005 ingressa no Departamento e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Jurema Gorski Brites, doutora pelo PPG em Antropologia Social da UFRGS. Com experiência em Antropologia Urbana e trabalhando em pesquisas principalmente na área de gênero, família e trabalho doméstico, a professora desenvolve projetos de pesquisa em Juiz de Fora e tem uma atuação muito importante para articulações da área de antropologia da UFJF neste período com organizações como a ONU (Organização das Nações Unidas), com outras universidades e a própria Associação Brasileira de Antropologia, que marcaram presença na UFJF em diferentes eventos na década de 2000.

A implantação do mestrado e do doutorado criou condições para mudanças importantes tanto em relação à presença institucional da antropologia quanto para a formação de graduandos e pós-graduandos ligados diretamente à área.

Da experiência anterior do bacharelado com pesquisa etnográfica de conclusão de curso para os que optavam pela habilitação em

antropologia, passa-se a um novo contexto que aproxima discentes em diferentes níveis, graduação, mestrado e doutorado, através da participação em projetos de pesquisa e da colaboração de pós-graduandos em disciplinas da graduação. Esta troca de experiências, também favorecida pelo incremento, no mesmo período, dos programas de Iniciação Científica na UFJF, propiciou uma nova oportunidade de formação, onde a pesquisa parece assumir um papel fundamental. Ou seja, o aprendizado particular em que, como diz Mariza Peirano, “a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada (...)” (PEIRANO, 2006, p. 77) passa a fazer parte da experiência do estudante de antropologia desde o início de sua formação.

A reunião deste grupo de antropólogos – os pertencentes ao departamento de Ciências Sociais e os do departamento de Ciência da Religião – na segunda metade dos anos 2000 tornou possível uma interessante articulação na UFJF, envolvendo docentes e discentes antropólogos, que levou à criação, em 2007, do Grupo de Pesquisa do CNPq “Antropologia das Fronteiras Conceituais” e à reformulação da linha de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em 2009<sup>5</sup>. Como se pode ler na definição desta linha no site do PPGCSO,

(...) o objetivo [das pesquisas aí apontaria] para a descrição de processos e técnicas em diferentes sistemas, voltados à seleção e à manipulação de conceitos oriundos de seu exterior (outra sociedade, outra classe social, outra instância ideológica ou outra cosmologia religiosa) (PPGAS, 2016, n.p.).

Ou seja, trabalhando em diferentes contextos e áreas temáticas, os pesquisadores reunidos na Linha teriam um interesse especial nos

processos de intercâmbio nos quais se negociam as fronteiras culturais e, conseqüentemente, os seus significados, um processo complexo e criativo que inclui a dinâmica de interpretação e de reinterpretação dos discursos e das práticas (PPGAS, 2016, n.p.).

Neste período, o incremento da pesquisa antropológica e o desenvolvimento de debates em torno da produção de conhecimento antropológico apontaram possibilidades mais amplas de criação de uma

---

<sup>5</sup> Desde 2009, quando tem início o Doutorado, foram criadas as seguintes linhas de pesquisa que permanecem até hoje. São elas: Cultura, Democracia e Instituições; Políticas Públicas e Desigualdades Sociais e Diversidade e Fronteiras Conceituais. A primeira delas reúne os cientistas políticos e antropólogos e sociólogos da cultura e da política; na segunda concentram-se os sociólogos, e, na terceira, os antropólogos.

“rede mineira de antropologia”. A proposta de criação desta rede foi esboçada na “Jornada de Antropologia em Minas Gerais” realizada na UFJF em julho de 2006, com a presença da então Presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Miriam Grossi, bem como de Pierre Sanchis, Léa Perez, Rubem Caixeta, Eduardo Vargas da UFMG, Candice Vidal e Souza da PUC Minas, Paulo Albieri Nery da Universidade Federal de Uberlândia, além dos antropólogos dos dois departamentos da UFJF.

Contudo, a transferência para outras universidades de boa parte dos docentes envolvidos nesta articulação interrompeu, no final mesmo dos anos 2000, o que se anunciava como um contexto altamente promissor para a área de antropologia na UFJF<sup>6</sup>. A concentração de esforços e a dedicação destes docentes ao longo da década passada teve – no entanto, a despeito de suas transferências posteriores – importantes resultados, intensificando e consolidando a pesquisa antropológica no nível da pós-graduação e na graduação. Foi o período de defesa das primeiras dissertações do PPGCSO e da implantação de grupos de pesquisas reunindo docentes e alunos de ambos os programas de pós-graduação, PPGCSO e PPCIR.

Em contraste com o processo vivido na década de 1990, em que a quase ausência – ou ausência de fato – de antropólogos no Departamento de Ciências Sociais teve que esperar anos para a recuperação de um grupo ainda pequeno de docentes da área, o início dos anos 2010 prometia não só a recuperação, mas a ampliação do quadro de professores através do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI.

A adesão ao REUNI pela área de Ciências Humanas na UFJF resultou em uma mudança importante na formação em Ciências Sociais desde 2010. Uma nova forma de ingresso ao curso de graduação foi adotada, através de um primeiro ciclo interdisciplinar, o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, a formação teórico-metodológica mais densa nas Ciências Sociais concentrando-se agora no último semestre deste ciclo e no chamado segundo ciclo em Ciências Sociais, que pode ser concluído como licenciatura e/ou bacharelado<sup>7</sup>.

Esta nova organização do ensino de graduação foi acompanhada pela gradativa recuperação e ampliação do quadro docente de

---

<sup>6</sup>Durante o ano de 2009 Octavio Bonet transferiu-se para o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Fátima Tavares para o Departamento de Antropologia da UFBA e Francisco Pereira Neto para o Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPEL; em 2010 Jurema Brites transferiu-se para o Departamento de Ciências Sociais da UFSM.

<sup>7</sup> O Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas foi criado em 2009, como curso de graduação apoiado nos Departamentos de Ciências Sociais, Ciência da Religião, Turismo e Filosofia no Instituto de Ciências Humanas da UFJF. Após sua conclusão com defesa de monografia, o aluno pode prosseguir para um 2º Ciclo, ou seja, outro curso de graduação, em que pode optar pelas Ciências Sociais, Ciência da Religião, Turismo ou Filosofia.

antropólogos no Departamento e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. De 2010 a 2015 seis professores-pesquisadores antropólogos ingressam no Departamento e no Programa em concursos não apenas para substituição das vagas de aposentadoria e transferência, mas resultantes da adesão ao REUNI. Em 2010 ingressaram Elizabeth Pissolato, da área de Etnologia Indígena e Rogéria Campos de Almeida Dutra, dedicada à pesquisa em Antropologia Urbana, ambas doutoras pelo Museu Nacional/UFRJ, e ainda Marcella Beraldo de Oliveira, com doutorado na UNICAMP e pesquisadora da área de Gênero, Família, Violência e Sistemas de Justiça<sup>8</sup>. Em 2012, ingressa Cristina Dias da Silva, doutora pela UNB dedicada à pesquisa em Antropologia da Saúde e da Política. Mais recentemente, em 2015, tem ingresso Luzimar Paulo Pereira, doutor pelo IFCS/UFRJ e pesquisador nos temas do campesinato, rituais e antropologia dos objetos e do espaço, e Raphael Bispo, com doutorado pelo Museu Nacional/UFRJ, que desenvolve pesquisas voltadas para culturas de massa ou midiáticas em interface com marcadores sociais como idade, gênero e sexualidade.

Estes últimos anos de recomposição da área de Antropologia nas Ciências Sociais foram marcados, por outro lado, pela exigência aos antropólogos de uma colaboração bastante significativa em cargos administrativos como a chefia de departamento e as coordenações dos cursos de graduação e pós-graduação<sup>9</sup>. A elaboração e aprovação de um novo Projeto Político Pedagógico para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais em 2013, a participação na elaboração, discussão e aprovação de um novo Regimento Acadêmico Geral para a UFJF durante os anos de 2012 e 2013 foram alguns dos contextos institucionais que exigiram maior envolvimento dos antropólogos envolvidos à época nestas funções.

A atual fase é ainda de consolidação de um currículo de graduação em Ciências Sociais que compreende, em seu Eixo de Formação Específica do segundo ciclo (de Ciências Sociais), três disciplinas de teoria antropológica, uma disciplina de Método Etnográfico e uma disciplina que aborda a Antropologia Brasileira, além de disciplinas optativas que cobrem

---

<sup>8</sup> Para os atuais professores da área de Antropologia adotaremos uma apresentação mais simples, informando a instituição de doutoramento e as principais áreas de pesquisa. Consideramos o período de 2010 até agora como de reconstituição do quadro de antropólogos no Departamento de Ciências Sociais, com formação de uma equipe que acaba de receber em 2016 seus participantes mais recentes no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Dentro deste mesmo período, temos a aposentadoria de João Dal Poz em 2014, que continua orientando pesquisas na pós-graduação até 2016.

<sup>9</sup> João Dal Poz foi chefe do Departamento de Ciências Sociais de 2010 a 2011, assumindo em seguida a Coordenação do PPGCSO de 2011 a 2013. Elizabeth Pissolato foi coordenadora da graduação de 2011 a 2014; Rogéria Campos Dutra assumiu a chefia do Departamento de 2012 a 2014. Cristina Dias é vice-coordenadora da graduação desde 2014; Elizabeth Pissolato participou da Coordenação do PPGCSO de setembro de 2015 a abril de 2016. Atualmente Rogéria Campos Dutra é coordenadora do PPGCSO (desde abril de 2016).

um leque amplo de temas e problemas presentes nos fóruns atuais de antropologia no país, como parentesco, gênero, saúde, emoções, consumo, relações entre humanos e não humanos etc, disciplinas que podem, também, ser ofertadas no formato das “subáreas” de antropologia, como “antropologia urbana”, “antropologia política”, “etnologia indígena”.

É novamente na articulação entre ensino e pesquisa e entre graduação e pós-graduação que apostamos, pensando a formação em antropologia como algo que se pode experimentar de maneira interessante principalmente no contexto dos laboratórios do fazer antropológico, onde compartilhamos nossos modos de pesquisar e produzir conhecimento. Os grupos de pesquisa formados em torno de projetos dos docentes com seus orientandos e bolsistas têm sido o lugar privilegiado para esta experiência. Mas outras possibilidades para a pesquisa antropológica não deixaram de estar presentes. Desde 2010, com vistas a uma articulação maior entre projetos, foi criado, por iniciativa de João Dal Poz e Elizabeth Pissolato, o Núcleo Tapuia de Antropologia. De início com interesses na documentação sobre povos indígenas em Minas, na formação de um acervo documental, bibliográfico e fílmico de antropologia e de debates e divulgação de pesquisas, na prática o Núcleo vem funcionando principalmente como este espaço de debate, a partir da apresentação de pesquisas desenvolvidas por professores e alunos da UFJF. Sob a atual coordenação de Cristina Dias, e após a reunião de um novo quadro de antropólogos no Departamento e Programa de Pós-Graduação, nossa expectativa é de intensificar as atividades do Núcleo como laboratório de antropologia, estreitando o diálogo entre a produção de antropólogos com experiências diversas de formação e de investimentos em áreas temáticas que hoje compomos (cf. supra).

Além dos antropólogos acima referidos, contamos atualmente na pós-graduação com a colaboração de dois professores externos ao Departamento de Ciências Sociais: um deles, do Departamento de Ciência da Religião e professor do PPGCSO desde a sua fundação como foi dito anteriormente, Marcelo Camurça; e o outro, do Departamento de Artes, Carlos Reyna, especialista na área de Antropologia Visual.

Quanto à formação com orientação em antropologia na pós-graduação, entendemos que o momento é de reflexão e amadurecimento com relação às atuais potencialidades e formas de organização do ensino e pesquisa em nossa área. De um lado, o PPGCSO define como objetivo atual a reestruturação das linhas de pesquisa, com possível criação de novas linhas, entendidas, de início, como resultantes de articulações possíveis entre as áreas componentes das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia

e Ciência Política)<sup>10</sup>. De outro lado, a formação em antropologia neste contexto depara-se não apenas com velhas questões da comunicação entre áreas nos cursos de Ciências Sociais, mas também com os desafios atuais da formação para um campo profissional que se complexifica bastante nas últimas décadas no Brasil, que é o dos antropólogos.

O modelo da colaboração nas ciências sociais, tanto na graduação, mas principalmente na pós-graduação, parece ter sido frequentemente marcado por questões e tensões epistemológicas e políticas entre as áreas – Antropologia, Sociologia e Ciência Política – e a UFJF não difere de outros contextos institucionais nesta matéria.

Desde o debate em torno do rigor científico – ou da ciência que possa ser interessante (LATOURET, 2004), passando pelo entendimento sobre o método e seu (não)lugar em nossas disciplinas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1995) –, até a avaliação de temas relevantes à pesquisa acadêmica e crítica aos modos de aproximação ao “objeto” de estudo e formas de produção de conhecimento, muitos acordos e malentendidos – produtivos ou não – acontecem.

Podemos dizer que nos momentos mais produtivos desta história de convívio no contexto institucional das Ciências Sociais na UFJF, nós antropólogos temos caminhado na direção de uma qualificação do diálogo com as outras áreas das Ciências Sociais. Assim, é desde a experiência de produção de um saber antropológico sempre inacabado e marcado – ou alterado – por outros saberes, isto é, dos sujeitos que estudamos, que entendemos nossa participação neste diálogo.

Mas, para além desta atuação institucional e da formação voltada ao ensino e pesquisa que temos oferecido aos alunos que optam pela abordagem e formação antropológica, perguntamo-nos agora, como tantos colegas de outras instituições de ensino, para onde estão indo nossos antropólogos e antropólogas? Em termos de mercado de trabalho e atuação profissional. Isto considerando particularmente o fato de como eles – e nós também – temos sido solicitados pela sociedade fora dos muros das universidades?

#### **4. DISCENTES E A FORMAÇÃO EM ANTRPOLOGIA NA UFJF: observações preliminares**

Para responder à pergunta “para onde vão nossos antropólogos”, uma pesquisa sistemática junto aos egressos de nossos cursos de

---

<sup>10</sup> O ingresso e a saída de docentes no Programa, as mudanças no mapa de interesses de pesquisa, o reconhecimento de novas demandas por parte dos discentes, tudo isso apontaria para necessidade de uma tal reestruturação das linhas de pesquisa.

Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais, além dos egressos da Pós-Graduação em Ciência da Religião, seria fundamental.

Ainda que não tenhamos à mão informações que nos permitam analisar com precisão a atuação profissional destes egressos, algumas observações podem ser feitas tanto em relação à demanda pela formação em Ciências Sociais voltada para a antropologia em nossa universidade quanto para aspectos da produção em pesquisa antropológica no nível do mestrado e doutorado na UFJF e para certo horizonte profissional que parece ser o de nossos alunos.

De um lado, o público do Curso de Ciências Sociais, é principalmente oriundo do Ensino Médio da própria cidade de Juiz de Fora e de cidades vizinhas ou de outras regiões de Minas, e, menos frequentemente, ainda de outros estados. Vários discentes, terminando a Licenciatura, buscam, através de concursos, assumir a docência de Sociologia no Ensino Médio em escolas na cidade e circunvizinhança. É comum que busquem a formação em ambos os cursos, licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais, possivelmente combinando alguma destas formações com a realização simultânea do mestrado e/ou doutorado. Um caminho possível para graduados em Ciências Sociais que se dedicam a pesquisas sobre religião é o do ingresso no mestrado e/ou doutorado em Ciência da Religião.

No caso do PPG em Ciência da Religião, a clientela também é predominantemente de Juiz de Fora e de outras regiões de Minas, mas recebendo, principalmente no Doutorado, estudantes de outras partes do país. Da mesma forma, as pesquisas de mestrado e doutorado no PPCIR tem-se realizado prioritariamente dentro do espaço do município de Juiz de Fora, circunvizinhanças e o território de Minas Gerais. É uma característica particular do Programa o ingresso de estudantes com afiliação religiosa, sejam católicos, evangélicos, espíritas, espiritualistas difusos e, em menor número, de religiões afro-brasileiras, de grupos esotéricos, assim como ateus e agnósticos. Estudantes que pesquisam sua própria religião, outras religiões ou temas da religião em interface com gênero, saúde, juventude ou com a esfera pública.

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, vemos a mesma predominância de pesquisas etnográficas realizadas na própria cidade ou na região. Entre as 31 dissertações de mestrado e 5 teses de doutorado com orientação antropológica defendidas até o momento, apenas 4 ou 5 etnografias foram produzidas fora da cidade ou do estado de Minas Gerais. Seja por interesses de uma antropologia voltada para a “alteridade próxima” (PEIRANO 2006a e outros), seja pela ausência, até o momento, de formas institucionais de financiamento à pesquisa de campo, ou por ambos os motivos, a maior parte das pesquisas tem sido

desenvolvida com populações e contextos na própria cidade de Juiz de Fora ou nos limites de Minas.

No caso do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, recebeu-se e diplomaram-se como mestres e doutores com ênfase no método e teoria antropológicos, estudantes com formação principalmente na área das Humanidades: 22 do curso de História, 19 de Ciências Sociais, 07 da Psicologia, 05 do Serviço Social, 04 da Filosofia, 02 da Teologia, 02 das Ciências da Religião, 02 da Pedagogia, 02 do Direito, 01 da Comunicação, 01 da Letras, 01 do Turismo, 01 da Administração, 01 dos Estudos Sociais e 01 da Medicina.

Enfocou-se de forma geral as seguintes temáticas nas dissertações e teses: Catolicismo, 14 trabalhos; Novos Movimentos Religiosos, 08; Espiritismo kardecista, 07; Sincretismo religioso, 07; Religião e Espaço Público, 06; Religião e Saúde, 05; Religião e Gênero, 05; Pentecostalismo, 04; Religiões afro-brasileiras, 04; Religião e Juventude, 04; Religião e secularização, 03; Turismo religioso, 03; Islã, 02; Santo Daime, 02; Religião e política, 02; Rituais, 02 e Religião e Música, 02.

Através de um exame no Currículo Lattes destes egressos, temos que os mestres e doutores em Ciência da Religião (com ênfase em Antropologia) estão fundamentalmente na docência, pela ordem, tanto no nível universitário quanto do ensino fundamental, distribuídos pelos setores público e privado. Mais atrás, funcionários públicos municipais, estaduais e federais com atuação em setores educacionais, pedagógicos, bibliotecas, museus e centros de pesquisa. Por fim, profissionais liberais. São eles: 10 professores em universidades federais e outros 03 com vínculos não permanentes com elas, 02 professores em Institutos Federais, 10 professores em universidades e faculdades privadas, 01 em Universidade Estadual, 04 professores municipais, 03 estaduais, 01 professor em colégio particular; 02 professores no Colégio da Polícia Militar. Três funcionários públicos municipais, 02 estaduais e 02 federais. Três psicólogos, um advogado, um jornalista, um médico e um músico.

Quanto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências, podemos acompanhar, através do Relatório Sucupira (Plataforma Sucupira 2015), uma mudança no perfil dos pós-graduandos de ciências sociais ao longo desta década de existência do Programa. De acordo com o Relatório apresentado à Capes, há claro investimento atualmente –em contraste com o período inicial do Programa – na carreira acadêmica por parte dos discentes, com expectativa de formação no ciclo completo (graduação, mestrado e doutorado), em alguns casos iniciada desde o primeiro ciclo no Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas. E há também, no horizonte de formação de alunos que concluíram o mestrado, intenções de realização de um doutorado em programas de pós-graduação em centros maiores fora da região. Assim, conforme o relatório: “24% (dos mestres)

procuraram universidades do Rio de Janeiro para darem continuidade aos seus estudos, e 14% instituições em outros estados ou outras instituições de Minas Gerais”<sup>11</sup>. Outro dado da Plataforma que demandaria estudos detalhados é a parcela relevante de egressos fora do mercado de trabalho (42%, considerando-se mestres e doutores), o que pode indicar, como observado aí, que poderiam estar se preparando para concursos ou ainda para o ingresso no doutorado.

Por fim, considerando os dados da Plataforma para os egressos inseridos no mercado de trabalho, observamos que 32% são professores, incluindo-se todos os níveis de ensino, não sendo acessível o mapa das profissões dos restantes 68%, para as quais, como se lê no documento, “o curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais pode deter uma polivalência benéfica”.

Sem intenção de concluir sobre a matéria, parece-nos que a formação “completa” em Ciências Sociais em nossa universidade tem favorecido tanto o engajamento de alunos com o ensino de Sociologia no ciclo básico<sup>12</sup> quanto o interesse pela carreira profissional de pesquisa e docência universitária.

Mas há que se notar que uma boa parcela dos egressos de nossos cursos de pós-graduação não chega a ingressar nesta carreira nem tampouco na docência em outros níveis de ensino. Por outro lado, devemos levar em conta o papel da antropologia – ou das Ciências Sociais – como parte da formação de profissionais de outras áreas que buscam a disciplina com expectativas de uma contribuição fundamental à sua atuação profissional<sup>13</sup>, o que coloca novas questões em relação ao ensino de antropologia na pós-graduação, tais como a da possibilidade de diálogos interdisciplinares – em contraposição à noção de “conversão” (de outros profissionais em antropólogos) e a reflexão sobre os limites do treinamento metodológico no ensino de antropologia para não antropólogos (GUEDES, 2010, p. 69–72).

Considerando os que pretendem ingressar no campo profissional como antropólogos, outras questões desafiam a formação, trazendo à tona de modo particular os dilemas éticos e a dimensão política envolvidos na prática antropológica.

---

<sup>11</sup> Cabe lembrar a proximidade com o Rio de Janeiro e a atração exercida por programas de pós-graduação em Antropologia ou com habilitação na área, programas que formaram inclusive, em boa parte, o atual quadro de docentes pesquisadores atuando na UFJF.

<sup>12</sup> Observando que o chamado “ensino de Sociologia” é inequivocamente entendido como ensino de Ciências Sociais, a disciplina oferecida pelo Departamento de Ciências Sociais para a Licenciatura fundamentando-se na colaboração das três áreas e assim sendo organizada na prática.

<sup>13</sup> Veja-se o comentário anterior sobre a clientela da pós-graduação em Ciência da Religião. Quanto ao PPGCSO, notamos a presença constante de graduados do curso de Direito da UFJF, além de outros.

Trata-se primeiramente de reconhecer como nosso campo de atuação se amplia, especialmente no contexto brasileiro pós-Constituição de 1988, quando nos tornamos de modo mais intensivo “intérpretes autorizados do que se entende, na sociedade brasileira, como recuperação de direitos por grandes parcelas da população expropriadas durante o processo colonizador (...)” (GUEDES, 2010, p. 64). Esta ampliação vem nos exigindo investimentos em conhecimentos específicos e aprofundamento na reflexão sobre questões éticas e resultados políticos de nossa prática.

De um lado, somos chamados a atuar em diferentes contextos de mediação no campo dos direitos humanos ou dos direitos das minorias. De outro lado, como observa Mariza Peirano (2006a), nossa própria produção acadêmica tem capacidade especial de interferência em processos sociais. É o que diz a autora ao focalizar o que chama de uma “antropologia *at home*”, (PEIRANO, 2006a, p. 62) onde a opção de “redefinir a alteridade”, encontrando-a no interior da própria sociedade (brasileira) teria resultado em um maior potencial de interferência nos fenômenos sociais por antropólogos brasileiros. Em suas palavras, “no Brasil, teoria não é apenas abordagem, mas afirmação política também”.

## **5. PARA NÃO CONCLUIR: uma antropologia local?**

Nossa prática de “ensinar” antropologia vê-se desafiada por antigas e novas questões. De um lado, pelas potencialidades e limites do diálogo com outras áreas nos contextos institucionais aqui tratados no âmbito de nossa universidade. De outro, pelas exigências postas pelos novos contextos de atuação profissional dos antropólogos.

Afinal, se a antropologia que praticamos até agora tem a marca local nas pesquisas que produziu e possivelmente também no campo de atuação dos que se formaram nela, não deve-se tomar o local como índice de menor complexidade.

Nossas práticas de ensino são infletidas primeiramente pelas demandas que acolhemos seja de acadêmicos das Ciências Sociais ou de profissionais de outras áreas que buscam a Antropologia como parte ou complemento de sua formação. Mas, de todo modo, é importante refletir sobre o que a antropologia pode oferecer a uns e outros em um mundo em que não cabe mais a distinção entre local e global, ou, como diria Ondina Fachel Leal, não nos interessaria situar a antropologia (LEAL, 2010).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

PISSOLATO, Elizabeth; CAMURÇA, Marcelo. Antropólogos e Antropologia na Universidade Federal De Juiz De Fora: história institucional e questões em torno da formação acadêmica. *Tessituras*, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 154–178, jul./dez. 2016.

CAMURÇA, Marcelo. Pode-se falar de uma Antropologia da Religião dentro do campo antropológico? In: **Ciências Sociais e Ciências da Religião: polêmicas e interlocuções**. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 71–82.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O lugar (e em lugar) do método. **Série Antropologia**, Brasília, n. 190, p. 1–14, 1995.

CANEVALLI, Ady; LOPES, Flávia. Anos de chumbo: as marcas de uma história que não acabou. **Revista A3**, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 26–29, 2014/2015.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2016.

CNPq. **Plataforma Lattes de Currículos**. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br>. Acesso em: 01 jun. 2016.

GEERTZ, Clifford. O beliscão do destino: A religião como experiência, sentido, identidade e poder. In: \_\_\_\_\_. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001. p. 149–165.

GUEDES, Simoni Lahud. A prática da antropologia e suas aplicações práticas: notas sobre ensino e pesquisa. In: TAVARES, Fátima, GUEDES, Simoni L., CAROSO, Carlos (Org.). **Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010. p. 63–75.

LATOURETTE, Bruno. How to talk about the body? The normative dimension of sciences studies. In: **Body and Society**, v. 5, p. 205–229, 2004.

LEAL, Ondina Fachel. Por uma antropologia não sitiada: o campo de atuação do antropólogo no mundo. In: TAVARES, Fátima, GUEDES, Simoni L., CAROSO, Carlos (Org.). **Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010. p. 80–88.

PAULA, Christiane Jalles de. A repressão na Universidade Federal de Juiz de Fora: memória dos estudantes e dos professores. **XI Encontro Regional Sudeste de História Oral**. Niterói, UFF, 2015. p. 01–13.

PISSOLATO, Elizabeth; MAGALHÃES, Raul e outros. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais da UFJF**. Juiz de Fora, 2013.

PISSOLATO, Elizabeth; CAMURÇA, Marcelo. Antropólogos e Antropologia na Universidade Federal De Juiz De Fora: história institucional e questões em torno da formação acadêmica. **Tessituras**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 154–178, jul./dez. 2016.

MAGGIE, Yvonne. Por que gostamos tanto do Curso de Ciências Sociais? In: GROSSI, Miriam; TASSINARI, Antonella.; RIAL, Carmen (Org.). **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 259–280.

MALINOWSKI, Bronislaw. Baloma: os espíritos dos mortos na Ilhas Trobriands. In: \_\_\_\_\_. **Magia, Ciência e Religião**, Lisboa: Edições 70, 1984. p. 157–255.

MAUSS, Marcel. Esboço de uma Teoria Geral da Magia. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU, 1974. v. 1.

MONTERO, Paula. Antropologia no Brasil: tendências e debates. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). **O campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria/ABA, 2004. p. 117–142.

PEIRANO, Mariza. A análise antropológica dos rituais. In: \_\_\_\_\_. **O Dito e o Feito**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002. p. 17–40.

\_\_\_\_\_. **A teoria vivida e outros ensaios de Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006a.

\_\_\_\_\_. Um ponto de vista sobre o ensino da Antropologia. In: GROSSI, Miriam; TASSINARI, Antonella.; RIAL, Carmen (Org.). **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006b. p. 77–103.

SILVA, Gláucia (Org.). **Antropologia extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos**. Brasília: Paralelo 15, 2008.

SILVEIRA, Emerson J. Sena, ROSAS, Nina. Estudos da religião, discrepâncias metodológicas e contribuições weberianas – impasses e tendências na modernidade religiosa. **Revista Eclesiástica Brasileira (REB)**, Petrópolis, v. 73, p. 907–931, 2013.

SOUZA, Vanderlei Sebastião; SANTOS, Ricardo Ventura. Corpos, medidas e nação: antropologia física na capital da República brasileira na primeira metade do século XX – Apresentação Dossiê. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Belém do Pará, v. 7, n. 3, p. 639–643, 2012.

PISSOLATO, Elizabeth; CAMURÇA, Marcelo. Antropólogos e Antropologia na Universidade Federal De Juiz De Fora: história institucional e questões em torno da formação acadêmica. **Tessituras**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 154–178, jul./dez. 2016.

TAVARES, Fátima, GUEDES, Simoni L., CAROSO, Carlos (Org.). **Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010.

## **AUTORES**

### **Elizabeth Pissolato**

Antropóloga, Professora e Pesquisadora no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: elizabeth.pissolato@gmail.com.

### **Marcelo Camurça**

Antropólogo, Professor Titular no Departamento de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora, atuando nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Religião e Ciências Sociais desta universidade. Pesquisador Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: mcamurca@terra.com.br.

Recebido em: 20/06/2016.

Aprovado em: 11/08/2016.

Publicado em: 28/06/2017.

PISSOLATO, Elizabeth; CAMURÇA, Marcelo. Antropólogos e Antropologia na Universidade Federal De Juiz De Fora: história institucional e questões em torno da formação acadêmica. **Tessituras**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 154-178, jul./dez. 2016.